

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.401 - SP (2014/0066367-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ANTÔNIO FRANZIN E OUTRO(S) - SP087571  
ANA LAURA GRISOTTO LACERDA VENTURA - SP125664  
**RECORRIDO** : GERALDO BENÍCIO DA COSTA  
**RECORRIDO** : APARECIDA REGILENE PEIXOTO DA COSTA  
**ADVOGADO** : RONALDO DE SOUZA MOTTA E OUTRO(S) - SP145429

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 222):

*"Ementa: Seguro de vida e acidentes pessoais - ação de cobrança de indenização securitária - sentença de procedência - apelação da ré - não se denuncia a lide à seguradora que a proposta de seguro oculta, claramente insinuando a denunciante como única responsável pelo pagamento da indenização securitária - de nulidade por cerceio de defesa a sentença não padece, pois suficiente à solução da pendenga o alegado pelas partes e a prova documental que produziram - descabe sustentar que a seguradora agiu com total má-fé, ocultando dados sobre sua saúde, se nem foi efetivamente indagada a respeito esta, d tanto que dispensada de preencher declaração a ela relativa, quando da sua adesão ao contrato de seguro- recurso improvido."*

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 236-240.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 70, III, do Código de Processo Civil de 1973, ao argumento, entre outros, que "(...) é administradora de consórcios e, nesta q alidade, atuou como mera estipulante no contrato de seguro de vida em grupo ao qual o de cujus optou por aderir quando da assinatura do contrato de adesão ao grupo de consórcio. Na qualidade de estipulante, a Recorrente apenas as representa os consorciados e realiza o repasse de eventual saldo de indenização ao consorciado e seus herdeiros. O pagamento da indenização securitária é de responsabilidade da seguradora (...)". (fl. 247)

Contrarrazões às fls. 258-262.

É o relatório. Decido.

De início, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado anteriormente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."*

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 70, III, do CPC/73, a recorrente sustenta a possibilidade denunciação da lide, uma vez que, por ser mera estipulante, apenas representa os consorciados e realiza o repasse de eventual saldo de indenização ao consorciado e seus herdeiros.

Por sua vez, o TJ-SP, à luz das circunstâncias dos autos, assim dirimiu a controvérsia (fls. 227-228):

*"Não se denuncia a lide à seguradora que a proposta de seguro oculta claramente insinuando a denunciante como única responsável pelo pagamento da indenização securitária."*

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu pela impossibilidade de denunciação da lide, uma vez que a recorrente se mostra como única responsável pelo pagamento da indenização.

Nesse contexto, a pretensão de alterar entendimento firmado, sob alegada ofensa ao dispositivo mencionado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nessa linha de intelecção, confirmam-se os seguintes precedentes:

***"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.***

(...)

***3. A análise dos fundamentos que conduziram ao afastamento da denunciação da lide, notadamente quanto à culpa pela não realização da perícia, exigiria o reexame probatório dos autos, o***

**que é vedado pela Súmula 7 desta Corte.**

(...)

**5. Agravo interno desprovido."**

(AgInt no AREsp 1442680/MS, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 04/11/2019 - grifou-se)

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATROPELAMENTO POR LOCOMOTIVA EM LINHA FÉRREA. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. AUSÊNCIA DE VÍNCULO. REEXAME DE PROVAS. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

**1. O Tribunal de origem, com fundamento nas provas documentais trazidas aos autos, não admitiu a denúncia da lide, pois não foi comprovada a relação jurídica contratual ou legal entre as partes.**

**2. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.**

**3. É inviável a denúncia da lide com fundamento no art. 125, II, do CPC/2015 nas hipóteses em que não se verifica direito de regresso, mas a pretensão do denunciante ao reconhecimento de culpa de terceiro pelo evento danoso. Precedentes.**

**4. Agravo interno a que se nega provimento."**

(AgInt no AREsp 1371445/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 21/10/2019 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator